



## PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

(PRONAF): limitações do debate teórico

Nicolau de Lima Bussons<sup>1</sup>

### RESUMO:

O artigo buscou refletir criticamente sobre o PRONAF a partir de suas limitações teóricas que fundamentam as ações desta política pública. Foram resgatadas as principais concepções que norteiam o debate sobre a questão agrária. Na análise realizada, concluiu-se que, a opção pela agricultura familiar na condução das políticas de desenvolvimento rural no país, em detrimento de outros conceitos que são inerentes a este debate, tem favorecido a expansão da lógica capitalista no campo brasileiro.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, políticas públicas, questão agrária

### ABSTRACT:

The article sought to critically reflect on PRONAF from its theoretical limitations that underlie the actions of this public policy. We redeemed the main conceptions that guide the debate on the agrarian question. On analysis, it was concluded that, who despite others concepts that are inherent in this debate, the choice by the family farming in the conduct of rural development policies in the country has favored the expansion of capitalist logic in the Brazilian countryside.

**Keywords:** family agriculture, public policy, agrarian question

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: niclima36@hotmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil apresenta um histórico, marcado pela exclusão do acesso deste segmento as políticas públicas dirigidas ao meio rural, sejam estas, de caráter produtivo ou social.

Nos anos de 1990, alguns questionamentos sobre esta condição, passaram a ocupar espaço no debate sobre os rumos do desenvolvimento rural brasileiro. Esta situação apontou que o modelo de desenvolvimento vigente, de explícita orientação produtivista, mostrou-se incapaz de garantir as condições mínimas de sobrevivência do homem do campo.

Esta conjuntura colaborou para que, em meados da década de 90, o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MA) implementasse o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Mesmo admitindo que o estabelecimento desta intervenção estatal representou um avanço na disponibilidade de crédito rural aos agricultores familiares do país, existem sinais, que esta política pública firmou-se no país, desprovida de um aprofundamento teórico que fundamentasse o debate sobre a agricultura familiar.

A conseqüência inerente a esta condição tem revelado que, a lógica produtivista e o modelo neoclássico de inserção no mercado, norteiam as principais ações desta política pública.

O trabalho em questão buscou superar o consenso (explícito ou implícito) assumido pelos teóricos que estudam a temática da agricultura familiar, trazendo a luz do debate, outras vertentes, sobretudo, daquilo que se convencionou chamar de “questão agrária”. Nossa interpretação pressupõe que, este exercício seja necessário para que o PRONAF assumisse verdadeiramente a condição de impulsionar o desenvolvimento rural.

## 2. O RELEVANTE DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA



A revisão de literatura sobre o mundo rural revela a importância assumida pelo que se convencionou chamar de questão agrária. Nesta contenda são quatro os autores considerados clássicos, e, portanto, imprescindíveis quando se almeja aprofundar esta questão e compreender as diferenças entre tais enfoques. São eles: Karl Marx, Vladimir Ilich Ulianov (Lênin), Karl Kautsky e Alexander Chayanov.

Sacco dos Anjos (2003) adverte, entretanto, que a leitura das obras destes autores deve respeitar as circunstâncias históricas em que as mesmas foram elaboradas. A título de ilustração, por exemplo, o livro *Capital I* de Karl Marx teve sua interpretação pautada, quase que exclusivamente, no caso do capitalismo inglês, sendo erroneamente adotada como instrumento de compreensão universal do capitalismo em toda sua diversidade. Nesse sentido, os comentários aqui tecidos devem ser vistos no intuito de elucidar certos aspectos de interesse, obstante os limites de qualquer revisão de literatura.

O destino do campesinato é, em suma, a controvérsia basilar existente entre os estudiosos da questão agrária. De maneira simplificada, são duas as grandes linhas de raciocínio que tratam desta discussão. Uma fortemente identificada com o pensamento marxista, que atesta a inexorável transição do campesinato à condição de assalariamento, e, portanto, a sua dissolução; e outra que busca explicações para as inúmeras experiências que relatam a persistência desta forma social de produção através do tempo.

Segundo Abramovay (1998), Marx não foi um autor que disponibilizou grandes energias no sentido de compreender a dinâmica do campesinato. Contudo, deve-se considerar que seus escritos continuam contribuindo na compreensão daquilo que foi seu único objeto de estudo: a formação da sociedade capitalista e o surgimento da sociedade urbano-industrial.

Ao tratar especificamente da estrutura de classes na agricultura, a teoria marxista sintetiza “que as leis gerais que regem a agricultura são as mesmas do conjunto da economia e da sociedade capitalista, caracterizadas pela propriedade privada dos meios de produção e de vida, e pelo trabalho assalariado” (MAURO, 1999, p.1). Em outras



palavras, Marx entendia que o capitalismo é composto por duas classes essenciais, portadoras de interesses antagônicos: a burguesia e o proletariado.

O setor agropecuário seria uma espécie de substrato dentro do modo de produção capitalista, onde latifundiários e camponeses deveriam ser considerados como resíduos a serem varridos da história com o avanço das forças produtivas. Para este autor, os últimos devem ser vistos como símbolos do arcaísmo, detentores de pouca ou nenhuma consciência de classe, sendo, portanto, incapazes de contribuir no processo revolucionário.

Entre as obras alinhadas com a concepção marxista que tratava sobre a evolução da agricultura no capitalismo, duas se destacam pela magnitude e repercussão alcançada no meio acadêmico e político. São elas: A questão Agrária de Karl Kautsky (1899) e O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia de Vladimir I. Lênin (1899).

Sacco dos Anjos (2003) reitera que estas duas obras, mesmo apresentando afinidades entre suas interpretações, guardam diferenças significativas entre si pelo fato de partirem de realidades e contextos políticos distintos, pois enquanto Lênin elaborava sua crítica contundente aos limites atinentes à concepção populista russa, Kautsky participava dos conflitos políticos existentes no interior da social-democracia alemã sobre o papel do campesinato na revolução, e seu destino sob a égide do modo de produção capitalista. Portanto, mesmo sinalizando que a proletarianização seria o destino final do campesinato, estes autores tinham posições distintas que provocaram divergências entre suas análises.

Em efeito, Lênin (1907), no prefácio da segunda edição de sua obra, reafirma a ideia básica de seus estudos sobre a questão agrária, indicando que a desintegração do campesinato e sua posterior proletarianização seriam um processo inevitável na sociedade capitalista. O desenvolvimento na agricultura poderia ocorrer por dois caminhos: o primeiro denominado de “via junker” ocorreria por meio da evolução interna do latifúndio que se transformaria em empresa capitalista. Desse modo, as relações pré-capitalistas de produção, lentamente, converter-se-iam em relações de assalariamento, e, portanto, em relações tipicamente capitalistas.





O segundo caminho, conhecido como “via farmer”, ou via democrática, é aquele em que o surgimento do capitalismo ocorre de baixo para cima, apoiado fundamentalmente num modelo agrário baseado em pequenas propriedades de caráter eminentemente familiar, tal como Lênin mesmo constatou ao conhecer, *in situ*, a trajetória experimentada na porção oeste e setentrional da agricultura norte-americana. Um modelo responsável por impulsionar o desenvolvimento industrial e que contrastava, radicalmente, com a realidade da porção meridional deste país marcada ainda pelos sinais do regime escravocrata e pelas conhecidas *plantations*.

Considerado um marxista ortodoxo, a tese deste intelectual e militante fundamenta, até os dias atuais, os estudos que asseveram a impossibilidade de sobrevivência do campesinato sob o modo de produção capitalista. Seus defensores sustentam a ideia que a lentidão e o fluxo das crises do capital causam uma falsa impressão sobre o fôlego que, supostamente, garantiria a resistência desta forma de produção na atualidade.

Por outra parte, em Kaustky, encontram-se outras contribuições coligadas ao pensamento marxista no que afeta à questão agrária. A ideia central presente na obra seminal deste autor reside no argumento de que

a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas sejam inconciliáveis. Ao contrário, existem elementos para demonstrar que ambas tendem para o mesmo fim, uma vez que não isoladas uma da outra, podemos considerá-las como parte de um mesmo progresso de conjunto (KAUTSKY, 1980, p. 28).

A partir deste excerto, vemos evidenciada sua posição acerca das tendências atinentes à evolução da agricultura moderna, consistindo no que ficou usualmente denominado como a tese da industrialização da agricultura.

Sua análise era afinada com o chamado pensamento marxista ortodoxo, segundo o qual o futuro do campesinato seria marcado pela sua inevitável desintegração. Porém, observam-se divergências do ponto de vista deste autor em relação às análises



realizadas por Lênin. Para Sacco dos Anjos (2003), o principal contraste entre estes dois autores recai no entendimento sobre o ritmo descontínuo que Kautsky observava neste processo, pois, para ele, haveria a possibilidade de ocorrer uma série de fenômenos intermediários que, de algum ou de outro modo, poderiam protelar o aludido processo de proletarização.

A contenda sobre o entendimento da questão agrária ganharia novos rumos com o surgimento da obra de Alexander Chayanov. Agrônomo e economista, expoente máximo da chamada Escola de Organização da Produção, Chayanov compreendia que sua teoria tinha como tarefa

el análisis de la organización de la actividade econômica de la familia campesina, una familia que no contrata fuerza de trabajo exterior, que tiene una cierta extensión de tierra disponible, sus propios medios de producción y que a veces se vê obligada a emplear parte de su fuerza de trabajo em ofícios rurales no agrícola (CHAYANOV, 1974, p. 44).

Suas ideias discrepavam frontalmente do raciocínio dos marxistas ortodoxos. O foco de sua abordagem era a compreensão dos mecanismos subjacentes ao processo organizativo do campesinato, sem que isto tivesse implicitamente alguma pretensão de prever o destino final desta forma social de produção. Nos argumentos de Chayanov, o trabalho do camponês teria como fim último a satisfação das necessidades familiares.

O grande mérito da obra de Chayanov habita no fato de apresentar ao debate questionamentos que recusam a tese de que o avanço do capitalismo necessariamente determinaria a decomposição do campesinato. Até os dias atuais, seus escritos são recorrentemente utilizados como referência para explicar a resistência dos camponeses frente ao processo de proletarização previsto pela ortodoxia marxista como destino final.

### **3. A OPÇÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR**



Entendemos que todo esforço intelectual realizado por autores contemporâneos no intuito de atualizar os estudos realizados por Chayanov e pelos denominados marxistas clássicos, não deva representar o abandono das teses elaboradas por estes teóricos, visto que as ideias contidas em suas abordagens são fundamentais para compreendermos o debate atual sobre a persistência da agricultura familiar no processo de aprofundamento do capitalismo no campo.

Deponti (2007), ao analisar comparativamente as teorias que sustentam este debate, concluiu que, além da visão marxista clássica, existem duas outras perspectivas que situam o papel da agricultura familiar na atualidade. São elas: a perspectiva camponesa e a perspectiva neomarxista. Neste trabalho, a autora identificou que,

para a perspectiva neomarxista, o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea precisa ser reconhecido pela sociedade e pelo Estado, necessitando de políticas públicas que assegurem sua reprodução. [...] E a perspectiva camponesa dedica-se ao estudo do agricultor familiar como um personagem que, embora tenha capacidade de resistência e adaptação aos novos contextos econômicos e sociais, não está despido de seus traços camponeses, encontrando-se revestido de suas raízes e tradições (DEPONTI, 2007, p.1).

Ressalta-se que os *campesinistas*, ao estudarem as particularidades daquilo que se convencionou chamar de traços camponeses, recorreram, em vários momentos, a trabalhos clássicos que apregoavam o fim do campesinato. Dentre eles, destacamos o respeitado ensaio realizado por Mendras (1978), cuja conclusão sugeriu que a sociedade camponesa pode ser definida por cinco características básicas: a) a autonomia relativa com respeito à sociedade como um todo; b) a importância estrutural do grupo doméstico; c) um sistema econômico de autarquia relativa; d) uma sociedade de inter-relacionamentos e e) a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade geral.

Cabe ressaltar que esta definição traz apenas elementos básicos do nomeado camponês tradicional que se transforma, paulatinamente, pelo avanço do capitalismo no campo. Wanderley (2009) chama atenção para o fato de que é o processo de modernização que converte este camponês em agricultor, originando, nessa perspectiva,



duas vertentes de análise sobre os rumos do campesinato. Uma caracterizada pela perspectiva evolutiva, onde o camponês seria um objeto historicamente ultrapassado; e outra com atributos que apostam numa continuidade entre o agricultor familiar e o camponês.

Numa espécie de meio termo entre estas duas posições, a mesma autora defende uma hipótese que se apresenta da seguinte forma:

mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais (WANDERLEY, 2009, p.189; ).

É nestes termos que se apoia o importante trabalho coordenado por Lamarche na década de 1990. Nesta pesquisa, realizou-se uma comparação internacional sobre a organização dos agricultores familiares de cinco países (Brasil, Tunísia, França, Canadá e Polônia). Uma das grandes conclusões deste estudo, considerado como referência para a grande maioria dos trabalhos acadêmicos dedicados à compreensão da agricultura familiar, é no sentido de afirmar “que toda exploração camponesa é de caráter familiar, mas, ao contrário, nem todas as explorações familiares são de caráter camponês” (LAMARCHE, 1993, p.16).

Para os campesinistas, esta observação contribui para desobstruir a confusão teórica existente entre estudos rurais que não conseguem enxergar as continuidades e descontinuidades existentes entre a agricultura familiar e o campesinato. Em contraponto a esta interpretação, encontramos, em análises realizadas pelos denominados neomarxistas, um rompimento com a tese que condiciona a resistência da agricultura familiar na sociedade contemporânea à persistência das características constitutivas do campesinato.

Para Abramovay (1998), um dos autores que apregoam este rompimento, a agricultura familiar encontra-se inteiramente despojada de seus traços camponeses ancestrais, embora, em alguns casos, possa resultar da evolução de formas camponesas,





porém distingue-se dessa forma social pela inserção num ambiente marcadamente capitalista que aniquila, irremediavelmente, a produção camponesa.

Na mesma linha de raciocínio, Jean (1994) sinaliza que a agricultura familiar contemporânea - ao contrário das explorações camponesas - seria uma produção do próprio desenvolvimento da economia capitalista, e mesmo não sendo uma criação do Estado, existiria por força da atuação desta instituição.

No Brasil esta linha de raciocínio tem se destacado. Em consequência, a agricultura familiar tem conseguido se afirmar conceitualmente no debate sobre o desenvolvimento rural sustentada por uma forte conotação ideológica, proporcionando, neste sentido, que terminologias referenciais, como no caso camponês, sejam excluídas da querela sobre a questão agrária brasileira.

Esta observação, que praticamente anula a possibilidade de sobrevivência dos traços camponeses na atualidade, tem sido amparada, enormemente, pelo meio acadêmico. Talvez por isso, o uso do termo agricultura familiar, comparativamente ao vocábulo campesinato, seja cada vez mais comum nos documentos que orientam as políticas públicas de desenvolvimento rural e as abordagens sobre o mundo rural brasileiro.

Toda esta conformação tem colaborado para que o avanço do capitalismo no campo brasileiro se aprofunde, contribuindo em especial, para que os meandros operacionais do PRONAF tenham suas orientações voltadas aos agricultores familiares mais aptos à dinâmica do capitalismo, reproduzindo a lógica excludente que historicamente acompanham as políticas públicas de desenvolvimento rural do país.

#### **4. CONCLUSÃO**

O respaldo alcançado pela expressão agricultura familiar no espaço agrário brasileiro em detrimento de terminologias importantes ao debate da questão agrária tem favorecido a implementação de políticas públicas - dentre elas o PRONAF- que favorecem



a inserção da lógica capitalista no campo brasileiro declinando neste sentido o debate sobre o desenvolvimento rural do país.

## 5. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. ; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Texto para discussão IPEA n° 641, Brasília, 1997.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 194 p.

DEPONTI, Cidonea Machado. Teoria social e o lugar da familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**. XLV, 2007, Londrina (PR). Anais da XLV SOBER. Brasília: SOBER, 2007. 15p.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6, p. 51-75, 1994.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta editorial, 1980.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Unicamp, 1993. 336p, v.1.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para grande indústria**. 2ª ed. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MAURO, R. A. **A estrutura de classe na agricultura brasileira**. 1999. 55f. TCC (Graduação em Economia) Faculdade de Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 265p.

SACCO DOS ANJOS, F.. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL, 2003. 374p.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: editora UFRGS, 2009 330p.